



Anais da Assembléia

Nº 173

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 02 DE DEZEMBRO DE 1992

ANO XVIII

MESA DIRETORA

ANIBAL KHURY

Presidente - PTB

ALGACI TÚLIO

1º Vice-Presidente - PDT

HEINZ GEORG HERWIG

2º Vice-Presidente - PSDB

JOÃO BATISTA DE ARRUDA

1º Secretário - PFL

ADEMAR LUIZ TRAIANO

2º Secretário - PTB

DALTON MACHUCA

3º Secretário - PL

LOURENÇO FREGONESE

4º Secretário - PRN

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

LIDERANÇAS

PMDB - Governo Deputado ORLANDO PESSUTI
PRN Deputado NELSON ROBERTO DE PLÁCIDO E SILVA JUSTUS
PFL Deputado PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES FILHO
PDT Deputado PAULO MAIA
PTB Deputado ERONDY SILVÉRIO
PSDB Deputado ANTÔNIO MARTINS ANNIBELLI
PT Deputado FLORISVALDO FIER (Dr. Rosinha)
PL Deputado JOSÉ COLOMBINO GRASSANO
PST Deputado GERALDO CARTÁRIO

REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

PMDB - 12: Arlindo Troian - Orlando Pessuti - Renato Guimarães Adur - Dobrandino Gustavo da Silva - Severino Félix Pessoa - Djalma de Almeida César - Cleiton Kielse Bordini Crisóstomo - Domingos Faustino de Carvalho - Antonio Toti Colaço Vaz - • Eurides Moura - • José Tavares da Silva Neto - • Oswaldo Trevisan - **Suplentes:** Luiz H. Bona Turra - Nereu Alves de Moura; **PST - 8:** João Preis - Nilton Roberto Barbosa - Neivo Antonio Berakdin - Dirceu Silveira Manfrinato - Luiz Carlos Martins Gonçalves - Edson Silva Lino - Geraldo Cartário Ribeiro - José Artur Ritti; **PRN - 04:** Luiz Carlos Alborghetti - Valdir Luiz Rossoni - Lourenço Fregonese - Nelson Roberto de Plácido e Silva Justus; **PFL - 08:** Antônio Costenaro Neto - João Batista de Arruda - Élio Lino Rusch - Basílio Zanusso - Duffio Genari - Plauto Miró Guimarães - Luiz Antonio Penteado Setti - Nelson Garcia - **Suplentes PFL e PRN:** Júlio Bufon - José da Silva Reis - Voldimir Mirão Mastrovicz; **PDT - 06:** César Augusto Carollo Silvestri - Emilia de Salles Belinati - Rafael Valdomiro Greca de Macedo - Algaci Omário Túlio - Albino Corazza Neto - Paulo Maia de Oliveira - **Suplentes:** Namir A. Piacentini - Luiz Carlos Zuk - Valderi Mendes Vilela; **PTB - 06:** Erondy Silvério - Anibal Khury - José Alves dos Santos - João Falavinha Iensen - Ademar Luiz Traiano - Mário Bezerra Guimarães - **Suplentes:** Nilton César Servo - Geraldo Atsumi Yamada - Aldemir João Manfron; **PSDB - 04:** Antônio Martins Annibelli - Heinz Georg Herwig - Hermas Eurides Brandão - Alceu Antonio Swarowski - **Suplentes:** Tadeu Lúcio Machado - José Boiko - Paulino José Delazeri; **PT - 03:** Ovídio José Constantino - Ernani Pudell (Licenciado) - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha) - • Lygia Lumina Pupatto - **Suplentes:** Perides de H. Mello; **PL - 03:** José Colombino Grassano - Dalton Machuca - Carlos Xavier Simões - **Suplentes:** Delvino Longhi - Mário Vargas J. da Rocha. **Deputados Licenciados:** Luiz Carlos Cafo Quintana - Secretário de Estado - Casa Civil; José Durval Mattos do Amaral - Secretário de Estado do Trabalho e da Ação Social; José Afonso Júnior - Secretário de Estado de Esporte e Turismo. -
(•) SUPLENTE no exercício do mandato de Deputado.

Ato da Presidência:

ATO DA PRESIDENCIA Nº 02

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ,

D E C L A R A :

Constituída a Comissão Parlamentar de Inquérito, composta de 09 (nove) membros, conforme Requerimento recebido pela Mesa, de autoria dos Senhores Deputados: Doutor Rosinha, Ovídio Constantino, Ernani Pudell, Luiz Carlos Martins, Paulo Maia, Cezar Silvestri, Heinz Herwig, Costenaro Neto, Lourenço Fregonese, Nilton Barbosa, Emilia Belinati, Colombino Grassano, Nelson Justus, João Iensen, Luiz Henrique Bona Turra, Algaci Túlio, Mário Bezerra, João Arruda, Albino Corazza, Antônio Annibelli, Erondy Silvêrio e Geraldo Cartário, na Sessão Ordinária do dia 19 de novembro de 1992, com fundamento no disposto pelo § 3º, do Artigo 62 da Constituição do Estado do Paraná, num prazo de 120 (cento e vinte) dias, para apurar possíveis irregularidades no desvio de verbas pela Corporação da Polícia Militar do Estado para contas particulares do oficialato e a construção de colônias de férias na praia de Betaras, Litoral do Estado do Paraná, devendo a mesma ser constituída por 02 (dois) Deputados do PMDB e, 01 (um) Deputado do PST, PFL, PTB, PDT, PSDB, PL e PT, respectivamente.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 23.11.92.

(a) ANIBAL KHURY

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 12ª LEGISLATURA
ATA DA 119ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 02 DE DEZEMBRO DE 1992**

(QUARTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados João Arruda e Luiz Carlos Alborghetti.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Heinz Herwig, João Arruda, Ademar Traiano, Lourenço Fregonese, Alceu Swarowski, Antônio Annibelli, Arlindo Troian, Basílio Zanusso, Carlos Simões, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Colombino Grassano, Costenaro Neto, Djalma de Almeida César, Dobrandino da Silva, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Edson Silva Lino, Elio Rusch, Emilia Belinati, Ernani Pudell, Erondy Silvêrio, Eurides Moura, Geraldo Cartário, Hermas Brandão, João Iensen, João Preis, José Alves, José Artur Ritti, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Mário Bezerra, Luiz Henrique Bona Turra, Mário Bezerra, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nilton Barbosa, Orlando Pessuti, Oswaldo Trevisan, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Rossoni, Severino

Félix e Toti Colaço (47). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Dalton Machuca, Albino Corazza, Dirceu Manfrinato, Luiz Antonio Setti e Ovídio Constantino (05). Em licença os Senhores Deputados Algaci Túlio e Rafael Greca de Macedo (02).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a
S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETARIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETARIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Ofício:

OFICIO

Sob o nº 3378/92, do Senhor Caíto Quintana - Chefe da Casa Civil, em resposta a Pedido de Informações, solicitado pelo Deputado Luiz Carlos Martins, sobre "Informações a Respeito da BANESEDO S.A. - Informática - BISA". Ao conhecimento do Senhor Deputado interessado.

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 1973

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento no disposto pelo artigo 159 do Regimento Interno e, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, o adiamento por (10) dez sessões, da discussão e votação do Projeto de Lei nº 231/92 (item 06), de autoria do Deputado Ademar Traiano, que altera a Lei do ICMS.

Sala das Sessões, em 02.12.92.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 1966

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a inclusão dos Projetos de Lei nºs 361, 374, 375, 377, 378, 379, 380, 381, 382, 384, 385, 386, 387, 388, 389, 390, 391, 393/92, de autoria do Poder Executivo, em regime de urgência, na pauta da ordem do dia da próxima sessão.

Sala das Sessões, em 02.12.92.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 1968

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a inclusão na Ordem do Dia 03/12/92, do Projeto de Resolução nº 016/92, que dá nova redação ao artigo 1º da Resolução nº 043/91.

Sala das Sessões, em 02.12.92.

(a) RENATO ADUR

REQUERIMENTO Nº 1965

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, REQUEREM, ouvido o douto Plenário, a retirada da Emenda Supressiva nº 02 aposta ao Substitutivo Geral ao Projeto de Lei nº 298/92, constante na Ordem do Dia, nesta data de 02 de dezembro do corrente, à pág. 29, por entenderem que o objeto da emenda foi extensivo, quando deveria ser restritivo. Falha esta, corrigida em outra emenda, a que apresentamos e submetemos à apreciação desta Casa de Leis, nesta data.

Nestes termos, pedem e esperam deferimento.

Sala das Sessões, em 02.12.92.

(aa) OVIDIO CONSTANTINO

ERNANI PUDELL

DOUTOR ROSINHA

REQUERIMENTO Nº 1971

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a consagração em ata de votos de louvor e congratulações ao município de LOANDA, Estado do Paraná, na pessoa de seu Prefeito, o Sr. FLAVIO ARAMIS ACORSSI, pelo transcurso do 37º aniversário municipal, ocorrido no dia 27.11.1992, onde esteve presente, ressaltando o brilhante desfile apresentado pelas escolas e empresários do Município, demonstrando ainda a perfeita União existente entre o executivo, legislativo e a população, pelo prol de Loanda.

Sala das Sessões, em 02.12.92.

(a) CLEITON KIELSE

REQUERIMENTO Nº 1964

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, REQUER a Vossa Excelência seja encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Educação, para as providências cabíveis, o plano de construção do Projeto Político - Pedagógico da Escola Estadual Idália Rocha - Ensino de 1º Grau - de Ivaiporã, que a seguir especificamos:

1 - Cópia do ofício da diretoria da referida escola, Sandra Maria R. do Nascimento;

2 - Planta da Construção, cujo projeto foi elaborado pelo Departamento de Obras e Viação da Prefeitura de Ivaiporã;

3 - Nosso ofício de nº 334/92 ao Secretário de Estado da Educação.

Sala das Sessões, em 02.12.92.

(a) PAULO MAIA

REQUERIMENTO Nº 1972

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a aprovação de Moção Contrária ao Ajuste Fiscal, Favorável à Ampliação da Base Tributária, e melhor combate a sonegação, tendo em vista Mesa Redonda realizada no Auditório Deputado Luiz Gabriel Sampaio, aos dezoito dias do mês de novembro de 1992, visando o encaminhamento da mesma aos parlamentares paranaenses no Congresso Nacional, e aos parlamentares das bancadas das Assembleias Legislativas dos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Sala das Sessões, em 02.12.92.

(a) ADEMAR TRAIANO

JUSTIFICATIVA:

Formalizar a posição da Assembleia Legislativa do Paraná relativamente a proposta de ajuste fiscal em estudos no Congresso Nacional.

REQUERIMENTO Nº 1967

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, em conformidade com o artigo 55 e o parágrafo único da Constituição Estadual, REQUER do Secretário de Estado da Segurança Pública, Excelentíssimo Senhor Moacir Favetti, o envio de expediente a esta douta Casa de Leis, propondo que nos municípios com menos de trinta mil habitantes, as Polícias Civil e Militar trabalhem no mesmo espaço físico, como abaixo se justifica:

A polícia de nosso Estado vem, há muito tempo, junto com toda a população assalariada, sofrendo as consequências de uma crise financeira que assola toda a nação. Deste modo, muitos são os policiais civis e militares que abandonam suas carreiras, pondo em risco a prestação do serviço público no que diz respeito à segurança pública.

Esta diminuição gradativa nos quadros das Polícias Civil e Militar, prejudicam, principalmente, os pequenos municípios, onde o próprio efetivo das Polícias já é extremamente reduzido.

Tendo em vista a garantia de uma boa prestação do serviço público, o administrador se vê obrigado a contratar pessoas nem sempre muito bem preparadas para exercer cargos de elevada importância, como

por exemplo, o de Delegado de Polícia, o qual, às vezes, é nomeado, sem prestar concurso público, e sem possuir o diploma de Bacharel em Direito. Existem, também, em certos municípios do interior, Delegacias de Polícia funcionando sem escrivães, pessoas de elevada importância para o regular prosseguimento dos Inquéritos Policiais.

Como se extrai destas colocações, vemos que a principal deficiência do Sistema se encontra nos efetivos da Polícia Civil, que diante de uma crise nacional, tem agravada sua própria crise interna.

Mesmo sabendo que a função da Polícia Civil, de acordo com o artigo 144, § 4º da Constituição Federal, é de Polícia Judiciária e Apuradora das Infrações Penais, ao passo que, de acordo com o § 5º deste mesmo dispositivo legal, a função da Polícia Militar é o Policiamento Ostensivo e a Preservação da Ordem Pública, acreditamos que trabalhando no mesmo espaço físico, a Polícia Militar, melhor preparada, poderá auxiliar a Polícia Civil em suas atribuições, sanando suas deficiências, sem prejudicar sua autonomia. Tudo isto fundamentado no § 7º, também deste mesmo artigo 144 da Constituição Federal, o qual diz que a Lei disciplinará a organização e o funcionamento dos órgãos responsáveis pela segurança pública, de maneira a garantir a eficiência de suas atividades; ou seja, seria uma solução simples para os problemas encontrados pela Polícia Civil, e sem maiores gastos para a Administração Estadual.

Sala das Sessões, em 02.12.92.

(a) GERALDO CARTARIO

REQUERIMENTO Nº 1970

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente ao Secretário de Estado da Educação, Profº ELIAS ABRAHAO, no sentido que o mesmo determine a impressão nas capas dos cadernos escolares a serem entregues aos alunos da rede pública de ensino estadual, das letras do Hino Nacional Brasileiro e do Hino do Estado do Paraná.

Requer, outrossim, a confecção de folheto contendo as letras dos hinos acima mencionados, para a distribuição aos alunos da rede estadual de ensino, a nível de 1º e 2º grau, bem como com um resumo histórico dos mesmos.

Sala das Sessões, em 02.12.92.

(a) CLEITON KIELSE

REQUERIMENTO Nº 1969

Senhor Presidente.

A COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA,

por seu Presidente e Relatora do Projeto de Lei nº 295/92, ao final subscritos, REQUER, na forma prevista pelo artigo 28, inciso V, combinado com o artigo 131, ambos da Resolução nº 159/90 que, independentemente de discussão e votação, se digne V.Exa. em encaminhar a Secretaria de Estado da Saúde, a fim de que a mesma se manifeste quanto a proposta, em dispor sobre a obrigatoriedade de atendimento nos casos de aborto no Código Penal, pelo Sistema Único de Saúde.

Sala das Sessões, em 02.12.92.

(aa) ERONDY SILVERIO

EMILIA BELINATI

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 412/92

A Assembléia Legislativa

do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1º - Fica reconhecida de Utilidade Pública, a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE, fundada a 25 de outubro de 1989 e localizada à Rua Pedro Bernardi nº 228, na cidade de Salto do Lontra-PR - mantenedora da Escola Especializada Arco-Iris.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, esta lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, em 02.12.92.

(a) JOÃO ARRUDA

JUSTIFICATIVA:

Funda a 25 de outubro de 1989, a APAE de Salto do Lontra procurou, de imediato, lançar suas raízes para garantir os objetivos que motivaram seu surgimento, isto é, incentivar a criação de estabelecimento especializado para tratamento, educação, habilitação, reabilitação e inserção social de crianças e jovens portadores de excepcionalidade, bem como assistir, esclarecer, orientar e auxiliar os pais e amigos de excepcionais, sobre a melhor e mais aconselhada conduta com relação a esses doentes.

A criação e a legalização da Escola Especializada Arco-Iris foi uma consequência imediata, no que os membros da primeira diretoria encontraram extraordinário apoio da comunidade.

Desde então a entidade vem mantendo o núcleo educacional especializado, sob a supervisão do Departamento de Ensino Especial da Secretaria de Estado da Educação, mantendo bem orientado levantamento desse tipo de problema em Salto do Lontra e regiões circunvizinhas e desenvolvendo um trabalho de fôlego, conduzido até com sacrifícios pessoais de membros da diretoria, professores e técnicos especializados.

O reconhecimento de utilidade pública será, antes das demais benéficas consequências, um prêmio ao esforço da comunidade para resolver, pelos próprios meios, um problema que ano a ano tem seus números incidentes aumentados em proporção assustadora.

Estamos certos de que o ilustres Membros deste Parlamento oferecerão seu irrestrito apoio a essa proposição, premiado a APAE de Salto do Lontra com o seu voto unânime.

PROJETO DE LEI Nº 413/92

A Assembléia Legislativa

do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Fundação Médico Assistencial do Trabalhador Rural de Ortigueira, com sede e foro no município de Ortigueira, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 02.12.92.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CESAR

JUSTIFICATIVA:

A Fundação Médico Assistencial do Trabalhador Rural de Ortigueira, constitui uma sociedade civil, sem fins lucrativos, cujas finalidades principais são: a criação e manutenção de unidades hospitalares, assistenciais médicas e ambulatoriais, destinadas a atender aos trabalhadores rurais e seus dependentes; realização de medicina preventiva em favor do trabalhador rural; o desenvolvimento de campanhas visando a educação sanitária do trabalhador rural, por palestras, cursos e programas radiofônicos; a elevação do padrão de saúde do trabalhador rural, mediante cooperação com a comunidade e as entidades públicas e privadas dedicadas aos mesmos propósitos.

A Fundação em apreço constitui, assim, o órgão de defesa dos interesses da classe que a integra, sendo sua representante a nível Municipal, Estadual e Federal nas questões que lhe são afetas.

Vem cumprindo com as reais finalidades para as quais foi criada, dentro das formalidades de lei, prestando inestimável contribuição à sociedade como um todo.

Projeto de Lei Complementar:

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 414/92

A Assembléia Legislativa

do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Ao artigo 11 da Lei Complementar nº 56/..., ficam acrescidos os se-

guintes parágrafos:

§ 1º - O Município originário transferirá ao novo município os equipamentos, veículos e máquinas. Integrantes de seu parque, proporcionalmente ao número de habitantes entre o município de origem e o município desmembrado.

§ 2º - O Prefeito Municipal do município de origem transferirá, por decreto, até o dia o da instalação do novo município, os bens e serviços de que trata o parágrafo anterior, dos quais será transferida a posse ao assumir a nova administração.

§ 3º - A dívida ativa referente a propriedades nele localizadas passará a se constituir crédito ao município desmembrado, ao qual fica atribuída, a partir da data de sua instalação, competência exclusiva no que se refere a sua cobrança e expedição de certidões negativas.

§ 4º - Para cumprimento do disposto no parágrafo anterior a Prefeitura do município originário transferirá, no prazo improrrogável, de 15 dias a ser contado a partir da instalação do novo município, o cadastro imobiliário referente a sua área.

Art. 2º - Esta Lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 02.12.92.

(a) GERALDO CARTARIO

Apoio: Mário Bezerra, João Arruda, José Arthur Ritti, José Alves, Cezar Silvestri, Plauto Mirô Guimarães, Costenaro Neto, Luiz Carlos Alborghetti, Antônio Annibelli, Heinz Herwig, João Preis, Nelson Garcia, Nilton Barbosa, João Iensen, Duílio Genari, Paulo Maia, Nelson Justus e Hermas Brandão.

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto tem por finalidade dirimir dúvidas que tem aparecido no que se refere à transparência de bens e equipamentos dos municípios originários para os municípios recém-criados, possibilitando aos municípios vizinhos a convivência harmônica e em clima de estreita cooperação, que se torna tão necessária para o progresso da região a que pertencem e do Estado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Finda a leitura do expediente.

No pequeno Expediente concedo a palavra ao Deputado Alceu Swarowski.

Declina.

Não há oradores inscritos no Grande Expediente.

No Horário das Lideranças concedo a palavra ao Deputado Doutor Rosinha, do PT.

O SR. DOUTOR ROSINHA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Na semana passada recebi a visita em

mêu gabinete de algumas pessoas que têm casa na cidade de Antonina, numa área que é do Porto de Antonina, portanto uma área de propriedade do Estado, uma área pública.

Algumas dessas casas existem nesta área, há mais de 20 anos, e agora, sem nenhuma ordem judicial, sem nenhum mandado judicial, o Senhor Luiz Roberto de Abreu - Diretor do Porto de Antonina, começou a arrancar algumas casas. Arrancou 4, até sábado. Eu estive na área. Também derrubou inúmeras cercas que tinham ao redor dessas casas. É mais precisamente localizada na Ponta do Félix e ameaçou as casas, os moradores que ainda têm casa lá, de que ele derrubaria todas elas com trator.

Duas, inclusive, foram derrubadas com móveis dentro. Ele também, junto, com a administração municipal de Antonina, uma vez que o Senhor Luiz Roberto de Abreu é filho do Senhor Prefeito, abriu uma estrada que atravessa o mangue numa região de mata atlântica, sem autorização do IBAMA, pelas informações que nos foram dadas.

Ontem entrei em contato com a direção do Porto de Antonina e Paranaguá e falei com o Doutor Mário Lobo e o Doutor Mário Lobo disse que essas ações do Senhor Luiz Roberto de Abreu é a revelia da Direção do Porto e que não foi tomada nenhuma decisão e não há obra naquela área. Houve uma mesma tentativa, do Senhor Luiz Roberto de Abreu - em 1990, da mesma tentativa de outras casas em outra área de Antonina. E naquele momento, ele colocava inclusive um xerox para que os proprietários daquelas casas assinassem, doando a área para ele, Luiz Roberto. Isto eu tenho nas minhas mãos, uma vez que tem a doação mas não tem que receberia essa doação. Portanto, desconfiamos que seria preenchida com o nome dele.

Nós trazemos essa preocupação para cá. Sabemos que a Direção do Porto, já foi comunicada e que, provavelmente, tomará providências. Mas nós não podemos concordar, independente ou não, se essas casas foram construídas de maneira legal ou ilegal e que venham a ser demolidas e que as cercas sejam arrancadas pela única vontade de uma pessoa sem ordem judicial de despejo ou sem qualquer demanda jurídica desta área em qualquer tribunal, em qualquer vara do nosso Estado.

Nós entendemos isso como autoritarismo do Senhor Luiz Roberto de Abreu e suspeitamos de que esta ação não é do Porto, mas sim uma ação individual no sentido até de vir a grilar essas terras, visando o proveito próprio. Esta é a suspeita levantada por todos os moradores e por mim, que lá estive.

E ontem, não bastasse a demolição das casas, ele, junto com os funcionários do

Porto e algumas máquinas, abriram um canal isolando um bar e uma casa do continente, fazendo com que a água do mar atravessasse de um lado para outro.

Isso também ele faz em nome da direção do Porto, porque ele é o diretor, e faz usando as máquinas e os funcionários do Porto de Antonina.

Esperamos que, como prometido ontem para nós, o Senhor Mário Lobo tome as providências botando já um ponto final nesta situação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - Não havendo oradores inscritos no Horário das Lideranças,
Passa-se à:

ORDEM DO DIA,

com a presença de 47 Srs. Deputados.

Sobre a Mesa, projeto de lei complementar de autoria do Sr. Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente, devidamente apoiado. A Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** A Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado João Arruda, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** A Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

EM VOTAÇÃO:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 571/91, de autoria do Deputado José Atonso Junior, estabelece critérios e normas para a execução da Política Habitacional do Estado do Paraná e autoriza o Poder Executivo a criar e dotar de recursos orçamentários o FPHP - Fundo Paranaense de Habitação Popular. Anexado a este os Projetos de Lei nºs. 172/91 e 373/91, a requerimento aprovado em 18.11.92, de autoria do Deputado Ernani Pudell. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F., C.O.P.T.C.. SUBSTITUTIVO GERAL DE PLENÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J..

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL

PROJETO DE LEI Nº 571/91

P A R E C E R:

O provimento em questão estabelece critérios e normas para atender a demanda habitacional de menor poder aquisitivo, criando o Fundo Estadual de Moradia Popular, para financiamento e construção de habitação de interesse social, administrado e gerido pela COHAPAR.

Difere do Projeto de Lei 571/91, de autoria do Deputado José Afonso Junior, por ser mais completa e pormenorizada, discriminando, como manda a Constituição, a origem dos recursos, sua aplicação, administração e priorização.

Sob aspecto jurídico, a Emenda Substitutiva Geral respeita as normas constitucionais, legais e regimentais, observando, inclusive, o disposto nos arts. 212 e 213 da Constituição Estadual, e, autorizando o Executivo, art. 14º, a dotar de recursos orçamentários o Fundo Estadual de Moradia Popular, no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da publicação da Lei. Moradia Popular, no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da publicação da Lei.

Portanto, somos favorável à sua aprovação e normal tramitação nesta Casa de Leis.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 24.11.92.

(aa) ERONDY SILVERIO - Presidente
ERNANI PUDELL - Relator

Em votação o Substitutivo Geral. - **Aprovado, artigo por artigo.** O Projeto irá à 3ª Discussão.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 298/92, de autoria do Deputado Antônio Anibelli, determina a pesagem obrigatória de botijão e cilindro de gás liquefeito de petróleo - GLP - à vista do consumidor e dá outras providências. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. EMENDAS DE PLENÁRIO COM SUBSTITUTIVO GERAL DA C.C.J.. O projeto retorna à Comissão competente.

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei Complementar nº 493/91, de autoria do Deputado Nelson Justus, dispõe sobre criação e incorporação de municípios no Estado do Paraná e revoga as Leis Complementares nºs 56 e 57/91. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. SUBSTITUTIVO GERAL DA C.C.J.. **Aprovado. (Public. no D.A. nº 142 de 30.10.92)**

SUBSTITUTIVO GERAL

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 493/91

Art. 1º - Nenhuma área do território do Estado do Paraná será objeto de criação ou incorporação de Municípios, sem o atendimento do disposto no Parágrafo 1º, do artigo 19, da Constituição do Estado do Paraná e dos seguintes requisitos:

I - população estimada não inferior a 10.000 (dez mil) habitantes, nas respectivas áreas, no caso de criação ou incorporação integral de Municípios, e não inferior a 2.000 (dois mil) habitantes, no caso de incorporação de parte de área territorial;

II - número de eleitores não inferior a 1/5 (um quinto) do número de habitantes, nas respectivas áreas;

III - capacidade de oferta de ensino público fundamental;

IV - capacidade de oferta de serviços públicos de saúde;

V - capacidade de oferta de serviços públicos de segurança;

VI - existência de comércio, indústria, produção agrícola ou qualquer outra atividade que propicie auto-suficiência econômico-financeira, com a demonstração da capacidade de receita tributária, nas respectivas áreas.

VII - Plano de infra-estrutura básica, no tocante ao abastecimento de água potável, esgoto, vias de acesso rodoviário, transportes, energia elétrica e serviços telefônicos;

VIII - Plano de preservação da mata nativa, na proporção de 20% (vinte por cento) da área;

IX - existência de centro urbano com no mínimo 1.000 (um mil) casas.

§ 1º - Os requisitos dos incisos III, IV, V, VI, VII e VIII, constarão do Plano de desenvolvimento referido no artigo 5º, desta Lei.

§ 2º - Os requisitos dos incisos I e IX, serão comprovados mediante certidão expedida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, e os do inciso II, através do Tribunal Regional Eleitoral.

§ 3º - Os requisitos dos incisos III, IV e V, serão apurados e avaliados, respectivamente pelas Comissões Técnicas Permanentes de Educação, Saúde Pública e Segurança Pública, os dos incisos VI e VII, pelas Comissões Técnicas Permanentes de Finanças e de Agricultura, Indústria e Comércio, e os do inciso VIII, pela Comissão Técnica Permanente de Ecologia e Meio Ambiente da Assembléia Legislativa do Estado.

Art. 2º - A criação de Municípios ocorrerá mediante:

I - desmembramento de área territorial de um Município;

II - fusão de duas ou mais áreas territoriais pertencentes a dois ou mais Municípios;

III - fusão de dois ou mais Municípios, com a extinção destes.

Parágrafo Único - Na hipótese dos incisos II e III, deste artigo, a Assembléia Legislativa, solicitará pareceres às Prefeituras e Câmaras Municipais envolvidas, que se manifestarão no prazo de 10 (dez) dias a contar da data do recebimento da solicitação, para a devida instrução processual legislativa e análise de mérito.

Art. 3º - A incorporação de Municípios ocorrerá através de transferência integral

ou de parte do território de um Município para outro.

Parágrafo Único - A Assembléia Legislativa, nos casos de incorporação territorial integral ou parcial de Município, solicitará pareceres às Prefeituras e Câmaras Municipais envolvidas, que se manifestarão no prazo de 10 (dez) dias a contar da data do recebimento da solicitação, para a devida instrução processual legislativa e análise de mérito.

Art. 4º - É proibida a criação ou incorporação de Municípios, quando a medida importar para o Município ou Municípios de origem, na perda dos requisitos exigidos em Lei.

Art. 5º - O procedimento para a criação ou incorporação de Municípios terá início mediante:

I - representação dirigida à Assembléia Legislativa, com o patrocínio de um de seus membros, subscrita por no mínimo 100 (cem) eleitores contendo o número dos títulos e zonas eleitorais e atestados de residência nas respectivas áreas;

II - apresentação de Plano de Desenvolvimento do novo Município, assinado por profissional habilitado em urbanismo.

§ 1º - A representação de que trata este artigo, deverá apresentar a área da unidade proposta, demonstrando suas atividades de forma clara, precisa e contínua, as quais, sempre que possível, acompanharão acidentes geográficos permanentes e facilmente identificáveis, além da denominação do novo Município e a indicação da zona cívico-administrativa sede.

§ 2º - Na toponímia dos novos Municípios é vedada a repetição de nomes de Cidades ou Vilas brasileiras já existentes, bem como a designação de datas, nomes de pessoas vivas e o emprego de denominação com mais de três palavras, excluídas as partículas gramaticais.

§ 3º - O profissional habilitado referido no inciso II, deste artigo, será responsabilizado na forma da lei, caso preste informações falsas, no que concerne ao disposto no parágrafo 1º, do artigo 1º, desta Lei.

§ 4º - Os atestados de residência mencionados no inciso I, deste artigo, serão fornecidos a título gratuito pela autoridade competente.

Art. 6º - Recebida a representação e Plano de Desenvolvimento referidos no artigo anterior, serão autuados na forma de projeto de resolução, que terá tramitação de acordo com o disposto no Regimento Interno da Assembléia Legislativa.

Art. 7º - Procedida a análise do projeto de Resolução pelas Comissões Técnicas Permanentes competentes da Assembléia Legislativa e aprovado pelo Plenário, após sua promulgação, o Presidente do Poder Le-

gislativo do Paraná solicitará ao Tribunal Regional Eleitoral - TRE, a realização do plebiscito.

Art. 8º - A aprovação do eleitorado no plebiscito dar-se-á pelo voto da maioria simples, exigindo-se o comparecimento da maioria absoluta do eleitorado.

§ 1º - Se o comparecimento do eleitorado não for suficiente ou se o resultado do plebiscito for desfavorável à proposição, esta não poderá ser renovada na mesma sessão legislativa.

§ 2º - Na ocorrência dos casos constantes dos incisos II e III do art. 2º, ou dos constantes do artigo 3º, desta Lei, o plebiscito será realizado de forma separada, exigindo-se para a aprovação da criação ou incorporação, a manifestação favorável da maioria simples e o comparecimento da maioria absoluta do eleitorado de cada área territorial participante, bastando a rejeição do eleitorado de uma das áreas territoriais para a desaprovação da proposta.

Art. 9º - Nos casos constantes dos incisos II e III, do artigo 2º, bem como os constantes do artigo 3º, desta Lei, o resultado favorável à incorporação ou à criação do novo Município será considerado como manifestação eleitoral de aceitação da zona cívico-administrativa proposta como sede do Município.

Art. 10 - Recebida a comunicação do resultado do plebiscito favorável à criação ou incorporação de Município, a Assembléia Legislativa através da Comissão Técnica Competente, apresentará projeto de lei, que tramitará segundo o estabelecido no Regimento Interno.

Parágrafo Único - No caso do resultado de plebiscito contrário a criação ou incorporação de Município, o Presidente da Assembléia Legislativa, determinará o arquivamento do processo, após a aprovação do Plenário.

Art. 11 - O Município será instalado com a posse do Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores, cuja eleição será simultânea à daqueles Municípios já existentes.

Art. 12 - Até a elaboração de Lei Orgânica própria, vigorará no novo Município a legislação do Município de origem.

Parágrafo Único - Nos casos constantes dos incisos II e III, do artigo 2º, e nos constantes do artigo 3º, desta lei, vigorará a legislação do Município de maior população.

Art. 13 - Os bens e serviços públicos municipais situados em território que foi objeto de criação ou incorporação de Município passarão à propriedade do novo Município ou do Município incorporante, na data de sua instalação, independente de indenização.

Art. 14 - Não poderão ser feitas incorporações ou criações de Municípios em ano de eleições Municipais.

Art. 15 - Ficam revogadas as Leis Complementares n°s 56 e 57/91 e as demais disposições em contrário.

Art. 16 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 05.12.92.

(a) NELSON JUSTUS

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
SUBSTITUTIVO GERAL APRESENTADO
PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N° 493/91

P A R E C E R:

A proposição em exame, de autoria do nobre Sr. Deputado Nelson Justus, tem por finalidade dispor sobre criação e incorporação de Municípios no Estado do Paraná e revogar as Leis Complementares n°s. 56 e 57/91.

Apresentada pelo autor, Emenda Substitutiva Geral ao Projeto, e procedida sua análise constitucional, legal e regimental, nada encontramos que possa obstar a normal tramitação processual, devendo esta Comissão ressaltar o elevado espírito paranaense da Proposição, que vem atender aos mais puros interesses da população e do Estado.

Nestas condições, esta Comissão de Constituição e Justiça, dá seu parecer FAVORÁVEL ao SUBSTITUTIVO GERAL apresentado, opinando pela APROVAÇÃO em Plenário.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 05.12.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO - Presidente
ROSSONI - Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 259/91, de autoria do Deputado Nilton César Servo, autoriza o Governo do Paraná a implantar unidades volantes de pronto socorro nas rodovias existentes no Paraná. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.S.P. e C.O.P.T.C.. **Aprovado. (Public. no D.A. n° 73 de 20.06.91).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 259/91

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Excelentíssimo Senhor Deputado Nilton César Servo, objetiva autorizar o Governo do Estado a implantar unidades volantes de pronto socorro nas rodovias existentes no Paraná.

Procedida à análise constitucional, legal e regimental, nada encontramos que possa impedir a normal tramitação processual legislativa, estando o processo em perfeitas condições de receber a apreciação do douto Plenário desta Casa de Leis.

Sendo assim, esta Comissão de Constituição e Justiça, dá seu parecer FAVORA-

VEL, opinando pela APROVAÇÃO da proposição em exame.

E o parecer, salvo melhor juízo.

Sala das Comissões, em 27.08.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO - Presidente
ROSSONI - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI N° 259/91

P A R E C E R:

O plano de lei em tela, de autoria do Nobre Deputado NILTON CESAR SERVO, objetiva autorizar o Governo do Estado a implantar unidades volantes de pronto socorro nas rodovias do Paraná.

A par do franco apelo de ensejar o atendimento de sinistros com vítimas, a iniciativa não põe óbices à sua regular tramitação.

O parecer, assim, é favorável ao seu integral acolhimento.

Sala das Comissões, em 18.09.91.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
RENATO ADUR - Relator

COMISSÃO DE SAÚDE

PROJETO DE LEI N° 259/91

P A R E C E R:

O Projeto de Lei n° 259/91, de autoria do Deputado Nilton Cesar Servo, autoriza ao Governo do Estado a implantar unidades volantes de pronto socorro nas rodovias existentes no Paraná.

Louvando tal iniciativa é nosso parecer que, nos termos estritos da competência desta Comissão de Saúde, nada obsta à normal tramitação e apreciação da matéria pelo plenário desta Assembléia Legislativa.

Salvo melhor juízo, é o parecer.

Sala das Comissões, em 09.11.92.

(aa) LUIZ ANTONIO SETTI - Presidente
PAULO MAIA - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO

PROJETO DE LEI N° 259/91

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Nilton César Servo, tem por finalidade autorizar o Governo do Estado do Paraná a implantar unidades volantes de pronto socorro nas rodovias existentes no Paraná.

A medida proposta recebeu parecer favorável das doudas Comissão de Constituição e Justiça, Comissão de Finanças e Comissão de Saúde.

Motivo de apreciação por esta Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação, entendemos que nada existe que impeça a tramitação da matéria.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 18.11.92.

(aa) CEZAR SILVESTRI - Presidente

HEINZ HERWIG - Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 065/92, de autoria do Deputado Anibal Khury, considera área especial de interesse turístico, o Balneário de Caiobã, situado no Município de Matinhos, no Estado do Paraná. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.T..

PROJETO DE LEI Nº 065/92
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica considerada Área Especial de Interesse Turístico, o Balneário de Caiobã, situado no Município de Matinhos, no Estado do Paraná.

Art. 2º - O administrador responsável pela área será nomeado pelo Governador do Estado.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.03.92.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

A localidade que aqui se pretende considerar como Área Especial de Interesse Turístico, é considerado um dos mais belos balneários do litoral paranaense, com paisagens notáveis, merecedoras de elogios tanto dos moradores, quanto das pessoas que o freqüentam e turistas que visitam o Balneário de Caiobã.

Entre muitas de suas finalidades podemos destacar a possibilidade da realização de planos e projetos de desenvolvimento turístico, a serem preservados e valorizados no sentido cultural e natural.

Assim sendo, pelo relevante alcance social e ambiental que o Projeto de Lei apresenta, esperamos o devido apoio e conseqüente aprovação pelos nobres Pares.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 065/92

P A R E C E R:

Após avaliar os documentos em resposta ao pedido de diligência, atestamos que o Projeto em pauta encontra-se em sintonia com as normas jurídicas, manifestamos nosso parecer favorável à sua normal tramitação, encontrando-se em condições de ser levado à apreciação do Plenário.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 11.08.92.

(aa) ERONDY SILVERIO - Presidente

OVIDIO CONSTANTINO - Relator

COMISSÃO DE TURISMO
PROJETO DE LEI Nº 065/92

P A R E C E R:

A matéria ora em análise por esta Co-

missão Técnica, versa sobre o Projeto de Lei nº 065/92, de autoria do nobre Deputado Anibal Khury, que considera Área Especial de Interesse Turístico, o Balneário de Caiobã, situado no Município de Matinhos, no Estado do Paraná.

Verificamos que se trata de uma proposta de relevante alcance social, proporcionando o desenvolvimento do setor turístico, no Município considerado um dos polos turísticos potenciais do Estado.

A matéria foi analisada anteriormente pela Comissão de Constituição e Justiça, a qual manifestou-se favoravelmente, inexistindo qualquer óbice de natureza regimental ou legal à sua tramitação por esta Casa.

Assim sendo, esta douta Comissão de Turismo, chamada a opinar, segue o entendimento da Comissão supracitada, manifestando-se favorável à aprovação do presente Projeto de Lei nº 065/92.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 01.09.92.

(aa) DOBRANDINO DA SILVA - Presidente

LOURENÇO FREGONESE - Relator

Aprovado.

O SR. DR. ROSINHA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, nós gostaríamos de que na próxima Sessão Vossa Excelência trouxesse melhores esclarecimentos para a nossa Bancada poder tomar posição, uma vez que hoje estamos votando a constitucionalidade.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Tudo bem, se eu tiver tempo eu trago.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 231/92, de autoria do Deputado Ademar Traiano, suprime mercadorias da listagem do inciso I, do artigo 23, da Lei nº 8933, de 26 de janeiro de 1989. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F.. (Publ. no D.A. nº 120, de 25.08.92).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 231/92

P A R E C E R:

O nobre Deputado Ademar Traiano, apresenta à apreciação da Casa, Projeto de Lei nº 231/92, por intermédio do qual pretende sejam suprimidas diversas mercadorias que constam do art. 23, da Lei nº 8933, de 26 de janeiro de 1989, o que viria reduzir a alíquota do ICMS sobre os referidos itens.

Verificando a legislação, não encontramos impedimento para a normal tramitação da matéria.

Assim sendo, opinamos pela aprovação da proposição.

Sala das Comissões, em 15.09.92.

(aa) ERONDY SILVERIO - Presidente

MARIO BEZERRA - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 231/92

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Ademar Traiano, tem por finalidade suprimir diversas mercadorias que constam do Art. 23, da Lei nº 8933, de 26 de janeiro de 1989.

O plano de lei em estudo, em sua parte legal e constitucional, já foi devidamente examinado pela douta Comissão de Constituição e Justiça, que por seu relator, ofereceu parecer favorável.

No âmbito desta Comissão de Finanças não há nada que obste a tramitação do projeto de lei em tela neste Poder.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 07.10.92.

(aa) LOURENÇO FREGONESE - Presidente
NELSON GARCIA - Relator

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Orlando Pesutti, constante do expediente, solicitando o adiamento por 10 (dez) sessões, da discussão e votação do Projeto de Lei nº 231/92, constante da Ordem do Dia da presente sessão.- **Aprovado. (Fica portanto, adiada por 10 (dez) sessões, a discussão e votação do Projeto de Lei nº 231/92).**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 238/92, de autoria do Deputado Eurides Moura, fica o Poder Executivo autorizado a implantar um Laboratório de Produção de Medicamentos, com recursos do Ministério da Saúde, conforme art. 200 da Constituição Federal. Com PARÉCERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.S.P.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 126, de 02.09.92).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 238/92

P A R E C E R:

Chega a esta Comissão o projeto de lei em epígrafe, de autoria do ilustre Deputado Eurides Moura que objetiva autorizar o Poder Executivo a implantar um Laboratório de Produção de Medicamentos, com recursos do Ministério da Saúde, conforme artigo 200 da Constituição Federal.

Do ponto de vista regimental o presente encontra-se devidamente elaborado, com justificativa em anexo.

Com relação à doutrina e a legislação nada há que impeça a tramitação do mesmo.

Desta forma, opinamos favoravelmente a aprovação do mesmo.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 22.09.92

(aa) ERONDY SILVERIO - Presidente
COSTENARO NETO - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 238/92
Autor: Deputado Eurides Moura

P A R E C E R:

Súmula: Autoriza o Poder Executivo a implantar um laboratório de produção de medicamentos, com recursos do Ministério da Saúde.

O plano de lei, em espécie, logrou parecer favorável, da C.C.J.

Preenchendo requisitos constitucionais, legais e regimentais, não vemos óbices à sua normal tramitação.

E o parecer, s.m.j.

Sala das Comissões, em 07.10.92

(aa) LOURENÇO FREGONESE - Presidente
ALCEU SWAROWSKI - Relator

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA
PROJETO DE LEI Nº 238/92

P A R E C E R:

O presente plano de lei, de autoria do Deputado Eurides Moura, tem por finalidade autorizar o Poder Executivo a implantar um laboratório de produção de medicamentos, com recursos do Ministério da Saúde, conforme art. 200, da Constituição Federal.

O projeto de lei está devidamente justificado com os termos do Regimento Interno e de acordo com as armas vigentes. Assim sendo, nada há que possa impedir a sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Nestas condições, o nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 19.10.92

(aa) LUIZ ANTONIO SETTI - Presidente
JOÃO IENSEN - Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 259/92, de autoria do Deputado Cleiton Kielse Crisóstomo, torna obrigatória a execução do Hino Nacional Brasileiro e do Hino do Estado do Paraná, nos estabelecimentos públicos de ensino escolar. Com PARÉCERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.E.C.E. **Aprovado, com voto contrário da Bancada do PT. (Publ. no D.A. nº 136 de 23.09.92).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 259/92

P A R E C E R:

Trata-se de Projeto de Lei de autoria do nobre Deputado Cleiton Kielse Crisóstomo, pretendendo tornar obrigatório nos estabelecimentos públicos de ensino do Estado, a execução, nos termos da legislação, dos hinos Nacional e Estadual.

Inexiste óbice regimental, legal e constitucional sobre a matéria.

Somos de parecer favorável pelo seu encaminhamento ao douto Plenário.

E o nosso parecer.

Sala das Comissões, em 19.10.92
(aa) ERONDY SILVERIO - Presidente
COLOMBINO GRASSANO - Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
P A R E C E R:

O Projeto de Lei em tela, de autoria do Deputado Cleiton Kielse Crisóstomo, tem por finalidade tornar obrigatório a execução do Hino Nacional Brasileiro e do Hino do Estado do Paraná, nos estabelecimentos de ensino do Estado.

No âmbito desta Comissão opinamos favoravelmente pela aprovação deste, haja vista não haver nenhum óbice de ordem legal, constitucional e regimental.

Sala das Comissões, em 20.10.92
(aa) ALCEU SWAROWSKI - Presidente
LOURENÇO FREGONESE - Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 323/92, de autoria do Deputado Toti Colaço, autoriza o Poder Executivo Estadual a isentar as Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais do Estado do Paraná, de pagar as taxas mensais, relativas ao consumo de energia elétrica e água, cobradas pela SANEPAR e COPEL. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 155 de 03.11.92).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 323/92

Autoria: Deputado Toti Colaço

P A R E C E R:

Trata-se de Proposição que autoriza o Poder Executivo a isentar as Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais do Estado do Paraná, das taxas mensais de consumo de energia elétrica e água, cobradas pela COPEL e SANEPAR.

Por se tratar de medida simplesmente autorizatória, inexistente óbice de natureza legal, constitucional e regimental ao seu normal seguimento.

Somos de parecer favorável ao seu encaminhamento ao duto Plenário.

E o nosso parecer.

Sala das Comissões, em 17.11.92
(aa) ERONDY SILVERIO - Presidente
COLOMBINO GRASSANO - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 323/92
Autor: Deputado Toti Colaço

P A R E C E R:

Examinado o Projeto de Lei de autoria do nobre Deputado Toti Colaço, o qual visa objetivamente isentar Entidades de Assistência às pessoas excepcionais de taxas mensais de consumo cobrado pela COPEL e SANEPAR.

De grande alcance social a medida irá contribuir para amenizar as dificuldades pelas quais passam essas Associações fi-

lantrópicas.

Essa Comissão emite parecer favorável à tramitação da matéria por ser ela autorizatória e estar ela constitucionalmente correta.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 18.11.92
(aa) LOURENÇO FREGONESE - Presidente
NELSON GARCIA - Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 336/92, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, autoriza o Poder Executivo a alienar, do imóvel público transcrito no registro de imóvel da comarca de Curitiba, 1ª Circunscrição, sob nº 15.713, do Livro 3-E, a parte situada ao lado direito da rua rápida Centro/Pinheirinho através da COHAPAR, para quem provar não ser proprietário de outro imóvel em Curitiba. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 160 de 10.11.92).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 336/92

Autor: Deputado Geraldo Cartário

P A R E C E R:

O provimento em exame autoriza o Poder Executivo, via COHAPAR, alienar parte do imóvel público, situado ao lado direito da rua rápida Centro/Pinheirinho, consignado no Registro de Imóveis da 1ª Circunscrição, desta Capital, sob o nº 15.713, do livro 3-E, a quem provar não ter outro imóvel em Curitiba, sendo dada preferência àqueles que já ocupam a referida propriedade há mais de um ano.

Sob o aspecto jurídico, a medida é legal e constitucional, encontrando respaldo no art. 53, inciso XIV da Carta Magna Estadual.

Portanto, somos favoráveis à sua normal tramitação neste Parlamento.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 24.11.92
(aa) ERONDY SILVERIO - Presidente
ERNANI PUDELL - Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 017/92, de autoria da Comissão de Tomada de Contas, aprova a Prestação de Contas da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná - exercício de 1991. Com PARECER FAVORÁVEL da Comissão de Tomada de Contas. **Aprovado, com voto contrário da Bancada do PT.**

PROJETO DE LEI Nº 017/92

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1º - Fica aprovada a Prestação de Contas da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, relativa ao exercício financeiro de 1991.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 19.08.92

(aa) NILTON BARBOSA - Presidente

NELSON JUSTUS - Relator

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

PROPOSIÇÃO Nº 061/92

P A R E C E R:

A Proposição nº 061/92, origina-se do Relatório do exercício de 1991, elaborado pela Diretoria de Apoio Técnico, referente aos Demonstrativos Orçamentários e Financeiros correspondentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 1991, da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

O exame do relatório constatou que a Lei Orçamentária previa um total de Cr\$ 4.812.263.000,00 que, em virtude da inflação, foi suplementado em 168,79%, propiciando uma dotação global de Cr\$ 12.935.364.000,00. O saldo orçamentário chegou a Cr\$ 1.284.643.057,86.

O Balanço Financeiro exigido pela Lei nº 4320/64, totalizou uma receita de Cr\$ 15.727.550.657,86, com um aumento percentual de 387,23%, em relação a 1990.

O Balanço Patrimonial, também exigido pela Lei 4320/64, totalizou um ativo de Cr\$ 2.937.170.159,77.

As despesas com pessoal e encargos sociais foram de Cr\$ 7.345.546.403,98, correspondente a 63,04% do orçamento.

Para atender os gastos com a manutenção dos serviços da Administração, Transferência e Auxílios, dispendeu-se a importância de Cr\$ 4.305.174.538,16, representando um aumento em relação a 1990 de 1750,89%.

As despesas de capital na parte orçamentária não houve gastos, sendo que toda despesa realizada foram recursos da Receita Extraorçamentária, sendo que a Receita Extraorçamentária propiciou uma arrecadação de Cr\$ 2.357.616.883,59.

O Relatório em questão revela que os referidos Demonstrativos Orçamentários e Financeiros encontram-se em conformidade com a Legislação vigente.

Nesse sentido, manifestamo-nos favoráveis a aprovação das contas da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, referentes ao exercício de 1991, na forma de Projeto de Resolução.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 19.08.92.

(aa) NILTON BARBOSA - Presidente

NELSON JUSTUS - Relator

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sobre a mesa, Requerimento nº 1968, de autoria do Senhor Deputado Renato Adur, constante do expediente.- **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1970 e 1971, de autoria do Senhor Deputado Cleiton Kielse, constantes do expediente.- **Aprovados.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1964, de autoria do Senhor Deputado Paulo Maia, constante do expediente.- Em discussão.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 1967, de autoria do Senhor Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente.- **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1972, de autoria do Senhor Deputado Ademar Traiano, constante do expediente.- **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1965, de autoria dos Senhores Deputados Ovídio Constantino, Ernani Pudell e Doutor Rosinha, constante do expediente. **Deferido.**

Requerimento nº 1966, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente.- **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1969, de autoria dos Senhores Deputados Erondy Silvério e Emilia Belinati, constante do expediente.- **A Coordenadoria de Expediente, para os devidos fins.**

Requerimento nº 1948, de autoria do Senhor Deputado Doutor Rosinha, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.**

O SR. TOTI COLAÇO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, eu gostaria de registrar a presença na Sessão desta tarde aqui no nosso Parlamento do Senhor José Przybysewski, Secretário do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Palmeira e Vice-Prefeito daquele município; do Senhor Darcy Rodrigues da Silva, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rebouças; do Senhor Joanes Markovicz, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Irati; do Senhor Francisco Marochi, Coordenador da Comissão Pastoral da Terra; e do Senhor Renato Marochi, responsável pelo Departamento de Jornalismo da Rádio Difusora e do "Jornal Folha" da Cidade de Irati. A presença dos ilustres visitantes é uma honra para todos nós.

O SR. PAULO MAIA (Pela Ordem) - E que Vossa Excelência ao encaminhar o meu Requerimento disse que era um pedido de informação, e o meu requerimento não é pedido de informação. O requerimento que apre-

sentei à Mesa não é pedido de informação ao Secretário da Educação, é o encaminhamento de um Requerimento juntamente com o Projeto de construção de um anexo de salas à Escola Idália Rocha, de Ivaiporã.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Serã encaminhada na forma solicitada no Requerimento.

Logo após a Sessão Ordinária, mais uma Sessão Extraordinária, tendo em vista que na Sessão de terça-feira não será realizada a Sessão Ordinária, porque a Assembléia presta homenagem ao Doutor Renato Pedroso. Faremos duas Sessões amanhã. O Projeto do Fundão vai vigorar na Ordem do Dia de quarta-feira. O Deputado Relator do Orçamento, Deputado Heinz, solicita que os Deputados que desejam discutir o orçamento que compareçam ao gabinete da Presidência, onde Sua Excelência estará à disposição.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 03, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 571/91.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 259/91, de Lei Complementar nº 493/91, de Lei nºs 065/92, 238/92, 259/92, 323/92, 336/92 e do Projeto de Resolução nº 017/92.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 016/92, 361/92, 374/92, 375/92, 377/92, 378/92, 379/92, 380/92, 381/92, 382/92, 385/92, 386/92, 387/92, 388/92, 389/92, 390/92, 391/92 e 393/92.

Marca ainda, uma Sessão Extraordinária, para logo após o término da Sessão Ordinária, com a Ordem do Dia a ser anunciada.

Levanta-se a sessão.

Ata das Comissões

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS
2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 12ª LEGISLATURA
ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezenove dias do mês de agosto de mil novecentos e noventa e dois, às dez horas, na sala de reuniões das comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, reuniu-se a Comissão de Tomada de Contas para deliberar sobre a Proposição nº 061/92, oriunda do ofício nº 128/92 - DAT, referente a prestação de contas da

Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, exercício financeiro de 1.991. De acordo com o Regimento Interno e havendo número legal, o Senhor Presidente, Deputado Nilton Barbosa, declarou abertos os trabalhos da presente reunião, apreciando a matéria que teve como Relator o Senhor Deputado Nelson Justus, com Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Após exame da proposição em epígrafe pelos Senhores Deputados presentes, foi aprovada por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, marcando a próxima reunião quando da existência de matéria e, para constar, lavrei a presente Ata que, após lida, aprovada e achada conforme será assinada pelo Senhor Presidente da Comissão, Deputado Nilton Barbosa, Senhores Deputados presentes e por mim, Maria Regina Subtil, Secretária da Comissão de Tomada de Contas.

(aa) NILTON BARBOSA - Presidente
MARIA REGINA SUBTIL - Secretária

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE ATA DA 23ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e seis do mês de agosto de hum mil, novecentos e noventa e dois, na sala de reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte, sob a Presidência do Senhor Deputado Alceu Swarowski, e mais a presença dos seguintes Senhores Deputados membros: Eurides Moura, Emilia Belinati, Mário Bezerra. Havendo número legal o Presidente iniciou os trabalhos com a seguinte Ordem do Dia: Projeto de Lei nº 104/92, de autoria do Deputado Eurides Moura que cria o Programa de Segurança Escolar, no Estado do Paraná, conforme especifica. Relator Deputado Nilton Barbosa. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO; Projeto de Lei nº 501/91, de autoria do Deputado Lourenço Fregonese, que introduz a disciplina de Direitos da Cidadania como obrigatória nos currículos de 1º e 2º graus das Escolas Públicas do Estado do Paraná. Relator Deputado Albino Corazza. Parecer FAVORÁVEL, APROVADO. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente declarou encerrados os trabalhos dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente ata que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente, demais Senhores Deputados membros presentes, e por mim Alan Marcos Andrade, Secretário da Comissão.

(aa) ALCEU SWAROWSKI - Presidente
ALAN MARCOS ANDRADE - Secretário

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE ATA DA 25ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e oito dias do mês de novembro de hum mil, novecentos e noventa e

dois, na sala de reuniões das Comissões, sob a Presidência do Deputado Alceu Swarowski, reuniu-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte, com a presença dos seguintes Deputados membros: Eurídes Moura, Lourenço Fregonese e Basílio Zanusso. Havendo número legal o Presidente deu início aos trabalhos com a seguinte Ordem do Dia: Projeto de Lei nº 281/92, de autoria do Nobre Deputado Eurides Moura que decreta a criação de hortas nas proximidades das escolas com o objetivo de alimentar as crianças em fase escolar. Relatório com Parecer FAVORÁVEL - APROVADO; Projeto de Lei nº 288/92, de autoria da Deputada Lygia Pupatto e outros, que regulamenta o inciso X do parágrafo 1º do art. 207, da Constituição do Estado do Paraná. (Especialização de Professores). Parecer FAVORÁVEL, APROVADO. Nada mais havendo a tratar o Presidente declarou encerrados os trabalhos dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente ata que após lida e aprovada será assinada pelo Presidente, demais Deputados membros da Comissão e por mim Alan Marcos Andrade, Secretário.

(aa) ALCEU SWAROWSKI - Presidente
ALAN MARCOS ANDRADE - Secretário

COMISSÃO DE REDAÇÃO

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 12ª LEGISLATURA ATA DA 23ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezanove dias do mês de novembro de um mil, novecentos e noventa e dois, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Basílio Zanusso. Constatada a existência de número legal, o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a ata da reunião anterior e como nada constasse na Hora do Expediente passou-se à Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Eurides Moura apresentou redação final aos Projetos nºs 007/92, 223/92 e 025/92, que foi aprovada sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Elisa Sotomaior Maruska, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, para que produza os efeitos legais.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
ELISA SOTOMAIOR MARUSKA - Secretária

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA ATA DA 26ª SESSÃO ORDINÁRIA

Aos dezessete dias do mês de novembro, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Senhor Deputado

Erondy Silvério e com a presença dos seguintes Deputados: Arlindo Troian, Toti Colaço, Colombino Grassano, Paulo Maia, Hermas Brandão, Nilton Barbosa, Mário Bezerra, Antônio Costenaro Neto, Luiz Carlos Martins, Ernani Pudell e Lourenço Fregonese. Havendo número legal, o Senhor Presidente deu por aberta a presente sessão aprovando a ata da sessão anterior, após colocá-la em discussão e votação. Passou-se à Ordem do Dia: 1) Projeto de Lei nº 330/92, de autoria do Deputado Nelson Justus. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Mário Bezerra - APROVADO; 2) Projeto de Lei nº 322/92 de autoria do Deputado Antônio Anibelli. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Mário Bezerra - APROVADO; 3) Projeto de Lei nº 323/92 de autoria do Deputado Toti Colaço. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Colombino Grassano - APROVADO; 4) Projeto de Lei nº 341/92 do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Colombino Grassano - APROVADO; 5) Projeto de Lei nº 331/92 do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Colombino Grassano - APROVADO; 6) Projeto de Lei nº 333/92 do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Arlindo Troian; 7) Projeto de Lei nº 343/92 do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Arlindo Troian - APROVADO; 8) Proposição Veto nº 101/92 do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Hermas Brandão - APROVADO; 9) Projeto de Lei nº 140/92 de autoria do Deputado Anibal Khury. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Hermas Brandão - APROVADO; 10) Projeto de Lei nº 346/92 de autoria do Deputado Anibal Khury. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Hermas Brandão - APROVADO; 11) Decreto Legislativo nº 09/92 da Comissão Executiva. Concedido vistas ao Deputado Ernani Pudell; 12) Projeto de Lei nº 342/92 do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL da Deputada Emilia Belinati - APROVADO; 13) Projeto de Decreto Legislativo nº 07/92 da CCJ. Parecer FAVORÁVEL da Deputada Emilia Belinati - APROVADO; 14) Projeto de Lei nº 287/92 de autoria da Deputada Lygia Pupatto. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Oswaldo Trevisan - APROVADO, com voto contrário dos Deputados Ernani Pudell e Paulo Maia; 15) Projeto de Lei nº 296/92 de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nilton Barbosa - APROVADO. 16) Projeto de Lei nº 337/92 de autoria do Deputado Toti Colaço. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nilton Barbosa - APROVADO; 17) Projeto de Lei nº 298/92 de autoria do Deputado Antônio Anibelli. Parecer FAVORÁVEL ao Substitutivo Geral do Deputado Alceu Swarowski, do Deputado Nilton Barbosa - APROVADO; 18) Projeto de Decreto Legislativo nº 08/92 da Comissão Executiva. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Antônio Costenaro Neto - APROVADO; 19) Projeto de

Lei nº 332/92, do Poder Executivo. Parecer FAVORAVEL do Deputado Antônio Costenaro Neto - APROVADO; 20) Projeto de Lei nº 415/91 de autoria do Deputado Duílio Genari. Parecer FAVORAVEL do Deputado Toti Colação - APROVADO - 21) Projeto de Lei nº 340/92 do Poder Executivo. Parecer FAVORAVEL do Deputado Oswaldo Trevisan - APROVADO; 22) Projeto de Lei nº 314/92 de autoria do Deputado Neivo Beraldin. Parecer FAVORAVEL do Deputado Plauto Guimarães - APROVADO; 23) Projeto de Lei nº 328/92 de autoria do Deputado Paulo Maia. Parecer FAVORAVEL do Deputado Nelson Justus - APROVADO; 24) Projeto de Lei nº 335/92 de autoria do Deputado Anibal Khury. Parecer FAVORAVEL do Deputado Nelson Justus - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente deu por encerrada a sessão.

(aa) ERONDY SILVERIO - Presidente
ANA LUCIA ANDRETTA - Secretária

12.ª LEGISLATURA - 2.ª SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 27.ª SESSÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e quatro dias o mês de novembro de mil novecentos e noventa e dois, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões desta Assembléia Legislativa, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Senhor Deputado Erondy Silverio e com a presença dos seguintes Deputados: Hermas Brandão, Colombino Grassano, Luiz Carlos Martins, Mário Bezerra, Emilia Belinati, Ernani Pudell, Arlindo Troian, Nelson Justus, Antônio Costenaro Neto e Plauto Guimarães. Havendo número legal, o Senhor Presidente deu por aberta a presente sessão, aprovando a ata da sessão anterior, após colocá-la em discussão e votação. Passou-se à Ordem do Dia: 1) Projeto de Lei nº 363/92, de autoria do Deputado Djalma de Almeida Cesar. Parecer FAVORAVEL do Deputado Luiz Carlos Martins - APROVADO; 2) Projeto de Lei nº 353/92 de autoria do Deputado João Arruda. Parecer FAVORAVEL do Deputado Mário Bezerra - APROVADO; 3) Projeto de Lei nº 329/92, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva. Parecer FAVORAVEL do Deputado Luiz Carlos Martins - APROVADO; 4) Projeto de Lei nº 320/92 de autoria do Deputado Plauto Guimarães. Parecer FAVORAVEL do Deputado Luiz Carlos

Martins APROVADO; 5) Projeto de Lei nº 347/92 de autoria do Deputado Orlando Pessuti. Parecer FAVORAVEL do Deputado Luiz Carlos Martins - APROVADO; 6) Projeto de Lei nº 44/91 de autoria do Deputado Neivo Beraldin. Concedido vistas ao Sr. Deputado Hermas Brandão e Deferido o pedido do Senhor Deputado Colombino Grassano para que seja entregue aos Deputados Membros desta Comissão, xerox do referido Projeto; 7) Projeto de Lei nº 336/92 de autoria do Deputado Geraldo Cartário, sob nº 15.713 do Livro 3-E. PARECER FAVORAVEL do Deputado Ernani Pudell - APROVADO; 8) Projeto de Lei nº 324/92 de autoria do Deputado Eurides Moura. PARECER FAVORAVEL do Deputado Ernani Pudell - APROVADO; 9) Projeto de Lei nº 313/92 de autoria do Deputado Dalton Machuca. Parecer do Deputado Ernani Pudell, no sentido de que se devolvesse o referido Projeto ao autor para que faça as correções necessárias - DEFERIDO; 10) Projeto de Lei nº 571/91, de autoria do Deputado José Afonso Junior. PARECER FAVORAVEL à Emenda, do Deputado Ernani Pudell - APROVADO; 11) Projeto de Lei nº 339/92 de autoria do Deputado Carlos Simões. PARECER FAVORAVEL do Deputado Plauto Guimarães - APROVADO; 12) Projeto de Lei nº 350/92 de autoria do Deputado Nilton Barbosa. PARECER FAVORAVEL do Deputado Plauto Guimarães - APROVADO; 13) Projeto de Lei nº 326/92 de autoria do Deputado Orlando Pessuti. PARECER FAVORAVEL do Deputado Plauto Guimarães - APROVADO; 14) Projeto de Lei nº 295/92 de autoria da Deputada Lygia Pupatto. A Deputada Relatora, Emilia Belinati requer diligência - DEFERIDO; 15) Projeto de Lei Complementar nº 348/92 de autoria do Deputado Nelson Justus. PARECER FAVORAVEL do Deputado Nilton Barbosa - APROVADO; 16) Projeto de Lei nº 298/92 de autoria do Deputado Antônio Anibelli. PARECER CONTRARIO ao Substitutivo Geral, do Deputado Nilton Barbosa - APROVADO; 17) Projeto de Lei nº 246/92 de autoria do Tribunal de Justiça. PARECER FAVORAVEL do Deputado Paulo Maia - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a presente sessão.

(aa) ERONDY SILVERIO - Presidente
ANA LUCIA ANDRETTA - Secretária